

**“Pela moral e os bons costumes”: Cartas ao órgão de censura, uma análise a partir das categorias de recepção e gênero.**

THIAGO DE SALES SILVA<sup>1</sup>

E-mail: thiago.sales7@gmail.com

A primeira edição do periódico “Folha de São Paulo” daquele ano, estampava em sua matéria de capa um trecho da fala do então presidente, recentemente empossado<sup>2</sup>: “Médici: 1970, ano do desenvolvimento”. Em um pronunciamento transmitido para uma cadeia de rádio e televisão, em virtude da mensagem de final de ano dirigida ao país, Médici convocava toda a nação a colaborar ativamente com o processo de desenvolvimento que se daria a partir dali. Afirmado buscar alcançar a “estabilidade política, assim como a econômica e social”, o terceiro general presidente pós-64 defendeu ainda “levar impacto a áreas estagnadas, expandir o mercado interno, abrir novas fronteiras comerciais”, assegurando um desenvolvimento “estável e duradouro”.<sup>3</sup>

O período econômico que se iniciava ficou conhecido pela historiografia como “milagre econômico”, no qual os índices de crescimento alcançaram números elevados. O Produto Interno Bruto impressionava, chegando a 9,5% já em 1970; 11,3%, em 1971; 10,4%, em 1972; 11,4%, em 1973.<sup>4</sup> Setores como indústria automobilística, eletrodomésticos e construção civil ganharam dinamismo, além da ampliação das comunicações, com suporte garantido pelo Estado. Analisando tais dados, Reis (2014: 81) destaca que clima gestado pelo governo era de uma “incontida euforia desenvolvimentista”.

Neste momento de forte incentivo estatal na ampliação e solidificação dos meios de comunicação de massa, a televisão se torna um veículo necessário dentro do processo de integração da nação. Para tanto, a popularização e difusão de aparelhos receptores nos lares brasileiros era crucial, atingindo um maior número de espectadores e descaracterizando a TV como um meio essencialmente elitista. Somente vinte anos após a implementação dos primeiros sinais transmissores via rede tal premissa tornou-se possível, no início da década de

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

<sup>2</sup> O General do Exército Emílio Garrastazu Médici tomou posse à presidência, por decisão de uma junta militar, em 30 de outubro de 1969, substituindo o General Costa e Silva, afastado do cargo em virtude de um derrame cerebral.

<sup>3</sup> Folha de São Paulo, 01/01/1970.

<sup>4</sup> Números apresentados por Daniel Aarão Reis. Ver: REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.p. 79.

1970. A transmissão da Copa do Mundo de Futebol, sediada no México, em 1970, a primeira televisionada no Brasil até então, foi um marco nesse sentido e inaugura esse processo, levando milhares de telespectadores para frente dos televisores para acompanhar o país que vencia em campo e economicamente. Alavancada pelo discurso do “vai pra frente”, uma imagem da nação forte e promissora passava a ser construída também pela TV, baseada em um repertório discursivo de otimismo e desenvolvimento elaborado pelos ideólogos do regime militar e transmitida em rede nacional.

Ao final da década de 1970, mais precisamente quatorze anos após o golpe, segundo constatou Sérgio Caparelli (1986: 39), já existiam 113 concessões para o funcionamento de emissoras, tendo 82 já em operação e cerca de 11 milhões de aparelhos receptores espalhados pelo país. O público transformava-se em telespectador e, gradativamente, passava a dominar a gramática das narrativas televisivas que se estabeleciam enquanto hegemônicas. Assim, a visualidade eletrônica passou a fazer parte constitutiva da visibilidade cultural, abrindo novos espaços e tempos para uma nova era do sensível. (MARTÍN-BARBERO, 2004: 19)

As telenovelas são um tipo de produção televisiva que surge em meados dos anos de 1960 no Brasil, com formato diário, em emissoras como TV Tupi, TV Excelsior e Rede Globo<sup>5</sup>. No entanto, apenas na década seguinte, amparadas por investimentos, mas também pressões estatais<sup>6</sup>, as obras televisivas passam por um processo de modernização de sua linguagem, conferindo novo perfil de narrativa para essas produções, tornando-as ainda mais próximas de seu público. A partir de então, juntamente com a própria consolidação da indústria televisiva no país, com a Rede Globo à frente neste processo, “as novelas passaram a ocupar a posição de um dos programas mais populares e lucrativos da televisão brasileira.”(HAMBURGER, 2005: 30) Com produções que possuíam em média cerca de 150 episódios, neste momento as telenovelas se consolidam na grade de programação da TV

---

<sup>5</sup> Já na década de 1950 a televisão brasileira exibiu telenovelas, mas seguiam padrões derivados do rádio e do teatro, com episódios exibidos duas ou três vezes por semana, com cerca de 20 minutos. Ver: PIQUEIRA, Mauricio Tintori. **Entre o entretenimento e a crítica social: a telenovela moderna da Rede Globo de Televisão e a formação de uma nova identidade nacional (1965-1975)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

<sup>6</sup> Segundo Ana Paula Goulart e Igor Sacramento, a estratégia de “elevar o nível” respondia a “pressões feitas pelo governo, pela imprensa e por setores conservadores da sociedade, mas também para aumentar o seu prestígio diante do público intelectualizado.” Ver: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. In: GOULART, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (orgs). **História da televisão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 124.

Globo e ocupam horários fixos ao longo da semana, às seis, sete, oito e dez horas da noite. Estruturação basicamente mantida até hoje.

Apesar das telenovelas serem um elemento fundamental para a popularização da TV, o número de casas brasileiras com aparelhos receptores possui um crescimento tímido nas primeiras décadas após a chegada dos televisores no país. Conforme aponta Esther Hamburger (2005: 22), “a distribuição de aparelhos no território nacional acompanhou o crescimento urbano: em 1960, dez anos após a inauguração da TV [...] apenas 4,6% dos domicílios brasileiros possuíam um aparelho, esse número subiu para 22,8% em 1970.” Além desse dado, cabe destacar que os sinais de emissão eram transmitidos por torres, estabelecendo uma centralização a partir das grandes cidades e regiões metropolitanas. Somente nos anos de 1980 é inaugurada no Brasil a rede de satélites pela Embratel<sup>7</sup>, levando o sinal a ter uma abrangência nacional. (ALMEIDA, 2003: 31)

Desse modo, nosso objetivo neste artigo é refletir sobre como se deu a relação entre um público receptor e este gênero televisivo com exibição diária, em articulação com a categoria de gênero. Para isso, analisaremos uma série de cartas encaminhadas ao órgão de censura, que tecem comentários, críticas e elogios sobre o trabalho da censura e as programações televisivas da época. Tal documentação também pertence ao acervo do Arquivo Nacional e compõe o fundo DCDP, identificada pela subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”. Constituída basicamente por correspondências, enviadas por homens e mulheres, associações cívicas, grupos religiosos de bairro, associações de moradores e entidades diversas, os documentos dessa subsérie nos permitem inferir acerca do modo como uma parcela da sociedade se posicionou sobre temas relacionados à moral e aos “bons costumes”, em um momento de popularização da televisão no país.

Nossa proposta, a partir da análise das correspondências, é pensar que elementos orientavam a relação dos missivistas com a TV. Que atravessamentos mediavam emissão e recepção, implicados na escrita desses sujeitos? É possível eleger um elemento em comum, que motivava o envio de cartas ao órgão de censura? Nesse sentido, como se configurava o

---

<sup>7</sup> Segundo PEREIRA FILHO, o “Sistema Nacional de Telecomunicações deveria formar um complexo de troncos e redes através dos quais se operariam os seguintes serviços: telefonia, telegrafia, difusão de sons e imagens, transmissão de dados, *fac-simile*, telecomando e radiodeterminação.” Ver: PEREIRA FILHO, José Eduardo. A EMBRATEL: da era da intervenção ao tempo da competição. In: **Revista de Sociologia e Política**. nº 18, Curitiba, junho de 2012.

processo de recepção à televisão por parte dos missivistas, percebido a partir dessa documentação? Que modelos femininos e masculinos foram questionados como desviantes, através dessas críticas à TV? Na tentativa de responder essas questões, nos propomos a estabelecer um diálogo com autores da área de Comunicação Social, que veem há algum tempo refletindo sobre a possibilidade de pensar a recepção como um campo necessário para entender as interações entre as audiências e artefatos culturais televisivos. Distanciando-se de abordagens teóricas que consideravam a televisão um meio meramente manipulador, Martín-Barbero (2013: 293) questiona a “centralidade atribuída ao texto-rei e à mensagem entendida como lugar de verdade de que circularia na comunicação”. Defendendo, assim, o caráter ativo da recepção, no qual os indivíduos se apropriam e negociam constantemente com os meios, Barbero afirma que as concepções anteriores sobre o tema versavam que entre “emissores-dominantes e receptores-dominados, nenhuma sedução, nem resistência, só a passividade do consumo e a alienação decifrada na imanência de uma mensagem-texto nunca atravessada por conflitos e contradições, muito menos por lutas.”(Ibidim.: 281-282)

Os documentos os quais nos propomos analisar são uma pequena parcela de um total de 200 cartas que constituem o acervo do fundo DCDP. Dentre reclames, denúncias, sugestões, elogios ou críticas, os temas abordados pelos missivistas abrangem, sobretudo, o campo de jurisdição do órgão de censura, ou seja, assuntos relacionados a peças teatrais, filmes em exibição nos cinemas, peças publicitárias e programas de TV. A DCDP se tornou bastante conhecida do público em geral, no decorrer dos anos de 1970, muito virtude da obrigação de exibição dos certificados de censura em cinemas e programas de TV. Conforme afirma Carlos Fico (2002: 268), “era possível saber de sua existência, do nome de seus diretores e do jargão utilizado pela repartição pública.” Para esta análise, selecionamos especificamente aquelas correspondências em que a televisão e as telenovelas apareciam como objetos problemáticos.

Uma preocupação que de modo geral perpassa e até motiva a escrita destas correspondências é a questão da moral e sua exibição na televisão. Nesse sentido, analisaremos cartas enviadas por entidades, grupos religiosos ou associações, mas também manifestações individuais. Nosso objetivo não é apreender essas cartas como um reflexo da realidade do pensamento da sociedade brasileira daquele momento, de modo algum. Mas entendê-las como expressivas acerca de uma parcela de sujeitos interessados em contribuir de

algum modo com o regime, através das denúncias, ou simplesmente tecendo suas críticas enquanto telespectadores. Assim, nos debruçaremos também sobre pequenos detalhes: A quem se dirigem? De onde escrevem? Como se identificam? Situar o lugar social dessas escritas, sejam provenientes de uma articulação coletiva ou apenas individual, nos ajudará a dimensionar que mediações estão envolvidas nessa relação dos espectadores com as mensagens televisivas. Malatian (2009: 201), analisando a possibilidade de uso de fontes epistolares no trabalho do historiador, a partir do diálogo com Bourdieu, concorda que

*as cartas fazem parte de e expressam habitus, ou seja, comportamentos, regidos por valores próprios de uma dada época ou grupo social no qual se inserem ações individuais, num jogo entre indivíduo e contexto que constitui a dimensão da individualidade. [...] Nesse universo aparentemente caótico da experiência humana, o habitus, enquanto disposições incorporadas para sentir, pensar e agir, permite o ordenamento e a unificação de práticas, ações, comportamentos e representações que convergem para a compreensão do eu, da identidade do sujeito, mas também de uma dada sociedade na qual o indivíduo se movimenta.*

Em documentos como estes, apreendemos que sujeitos eram estes, a que círculos relacionais pertenciam e como atribuem significados ao momento em que vivem. A escrita de si sugere posicionamento frente à própria vida, naquilo que lhe é mais caro, pois dialoga com as práticas cotidianas e com as sensibilidades.

Em uma carta enviada em 02 de Agosto de 1970, pela Congregação Mariana de São Gonçalo, localizada na capital paulista, endereçada ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, o grupo religioso solicita uma tomada de providências sobre determinadas novelas exibidas na época, tais como “Assim na Terra como no Céu”, “Irmãos Coragem” e “Simplesmente Maria”<sup>8</sup>. Alegando que essas produções atingem a “honorabilidade do sacerdote e se apresentam exemplos destrutivos da família e da moral.” Alertando ainda sobre a questão da juventude no país, escrevem:

*Quando o govêrno se preocupa em dar uma formação moral e cívica séria, aos estudantes de todos os níveis, como fator importantíssimo na preservação dos valores morais da Nação, parece-nos que tais novelas penetrando nos lares, vão destruir todo esse esforço e toda a boa intenção governamental.*

*Não se contentam os inimigos da Pátria e da Religião em se servir do cinema nacional sobretudo, mas vendo a inércia de muitos homens de boa formação e de responsabilidade no setor público, sentem-se estimulados na sua audácia.*

---

<sup>8</sup> “Assim na Terra como no Céu”, de Dias Gomes, exibida às 22 horas, na Globo; “Irmãos Coragem”, de Janete Clair, que estreou no horário das 20 horas, também na Globo; “Simplesmente Maria”, de Célia Alcântara, com adaptação de Benedito Ruy Barbosa, que foi ao ar às 20 horas pela TV Tupi. Os três títulos estrearam no ano de 1970.

*Julgamos muito importante, se o governo deseja de fato preservar os valores morais, uma ação mais enérgica nas televisões, e uma escolha mais cuidadosa dos censores.<sup>9</sup>*

Assinada por membros dessa congregação católica, esta missiva destaca uma preocupação muito comum nos debates da época sobre a inserção da televisão nos lares: sua ameaça às famílias. Os estudantes aparecem como o alvo central de tal ameaça, além da religião, a partir do desrespeito com a figura do padre, por exemplo. Além disso, a escolha dos censores se torna passível de suspeita, pois, ao que parece, sua atuação não tem sido eficiente o bastante.

Não se pode perder de vista que no ano anterior ao da escrita desta carta, se instalava nos currículos escolares como obrigatória em todo o Ensino Básico a disciplina Educação Moral e Cívica<sup>10</sup>. Uma tentativa do Ministério da Educação em reforçar os símbolos nacionais, o amor à pátria e o civismo, ancorados em princípios religiosos, temas estes que estavam na ordem do dia, no período. Nesse sentido, os assuntos abordados nas telenovelas, segundo transparece na correspondência, parecem ir à contramão no que diz respeito à formação dos jovens comprometidos com sua nação, como pretendia o regime e os discursos que o legitimavam.

Diante das solicitações apontadas acima, o Ministério da Justiça responde através do Processo de nº 28.311/70, apontando os motivos do envio da então correspondência como “meritórios”, no entanto, justifica que o “problema focalizado já está protegido e corretamente disciplinado na legislação ordinária, cabendo ao Serviço de Censura e Diversões Públicas [...] zelar pelo cumprimento das normas.” O processo destaca também que a “legislação censitária” vem sendo estudada, objetivando sua atualização, adequando “às exigências da conjuntura nacional”<sup>11</sup>. Indispensável destacar que a censura a diversões públicas não é uma

---

<sup>9</sup> Carta ao ministro da justiça, de 02 de agosto de 1970, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

<sup>10</sup> A disciplina de Educação Moral e Cívica foi instituída por meio do decreto-lei nº 869/69, de 12 de Setembro de 1969. Segundo Juliana Miranda Filgueiras, a instalação da disciplina está diretamente ligada ao endurecimento do regime, após a implantação do Ato Institucional nº 5, tornando possível a concretização de um projeto educacional que já vinha tramitando desde meados dos anos de 1960. Ver: FILGUEIRAS, Juliana. **A Educação Moral é Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

<sup>11</sup> Ministério da Justiça, processo de nº 28.311/70, assinado pelo assessor José Rosa Filho, em 18 de Setembro de 1970. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

novidade da Ditadura, pois foi criada ainda nos anos de 1940, a partir do Decreto nº 20.493 de 24 de janeiro de 1946. (FICO, 2002)

E, de fato, o órgão passava por mudanças internas significativas no começo dos anos de 1970. Ao longo do governo do General Emílio Garrastazu Médici o Ministério da Justiça passou a concentrar mais poderes, levando-o a repensar o funcionamento da censura. Kushnir (2004: 125) aponta que até aquele momento, a estrutura do SCDP “foi sempre tacanha, comparada ao volume de material que recebia para analisar e emitir parecer.” Assim, em 1972 o órgão passou a ser considerado como “divisão” (DCDP), se reestruturando e tornando-se mais orgânico. A operação que correspondia à censura prévia, por exemplo, era bastante custosa, devido ao elevado número de capítulos analisados, de todas as telenovelas, de diferentes emissoras, que iam ao ar. Segundo dados levantados por Fico (2002: 263), a média anual, entre os anos de 1972 e 1987, superava 2.000 capítulos para avaliação.

Ainda sobre a televisão e sua função educativa, em carta enviada para o diretor da DCDP, Rogério Nunes, em 26 de setembro de 1978, a União Cívica Feminina (UCF) solicita um maior cuidado com as novelas exibidas pela emissora Rede Globo. Importante situar que esta entidade, criada em 1962 em São Paulo, representa o surgimento de inúmeros movimentos organizados por mulheres das classes médias e altas, no início daquela década, com o intuito de se posicionar contra o governo do então presidente João Goulart. A União Cívica Feminina, que congregava “esposas e amigas dos empresários e militares paulistanos” (SISTINI, 2008: 34), assim como outras organizações femininas no Rio de Janeiro, com a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), em Belo Horizonte, com a Liga da Mulher pela Democracia (Limde) e no Recife, com a Cruzada Democrática Feminina (CDF), defendiam que apenas uma intervenção militar poderia tirar o país das mãos de uma suposta ameaça comunista. Inclusive, essas organizações foram fundamentais nas articulações que levaram à criação das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, sediadas em vários estados brasileiros às vésperas do golpe de 1964. Segundo Cordeiro (2009: 43-44), as mulheres que integravam esses grupos “se apresentavam publicamente como mães, esposas e donas de casa, investiam-se de forte retórica conservadora e anticomunista com o objetivo de [...] ‘revigorar princípios e ideias sempre defendidos no Brasil cristão e democrático.’”

A União Cívica Feminina possui uma atuação contundente no que se refere à “defesa da moral” e isso fica ainda mais claro com o seu posicionamento na carta enviada à DCDP.

Vale ressaltar que esta não foi a única correspondência enviada por esta organização ao órgão de censura, demonstrando seu permanente “estado de alerta” com os meios e mensagens que destoassem dos princípios cristãos com os quais se identificavam. Nesta missiva em particular, a UCF encaminha como anexo a cópia de uma carta enviada à própria Rede Globo, na qual discorre:

*A União Cívica Feminina de Santos que congrega no seu corpo associativo centenas de mães de família, vem reiterar seu apelo a esta emissora, no sentido de moralizar as novelas de 18, 19 e 20 horas, protegendo assim a formação de nossas crianças.*

*Sabedoras que a rede Globo é a emissora de maior audiência na Baixada, causa-nos tristeza e revolta a pouca vigilância que é dada aos programas deste horário, tão assistido pelos jovens.<sup>12</sup>*

Assinada pela então presidente da associação, Magdalena da Cunha Coelho, com um discurso marcando pelo forte apelo associativo das integrantes do movimento com de um tipo ideal de mulher: a mãe de família, senhora do lar. Tal estratégia retórica se apropria de delimitações de gênero, constituindo um jogo. Quanto a isso, Duarte (2012: 194) nos ajuda a compreender tal recurso, afirmando que a “utilização de jogos ou performances de gênero [...] ao longo da história, é elemento importante para pensar a ação política de mulheres e compreender as apropriações de identidades de gênero, atribuídas automaticamente a elas”. Atentar para essa relação é compreender como tal grupo de mulheres se utiliza de elementos culturalmente associados à noção de feminilidade, como a maternidade, o cuidado com o lar e a defesa da família como justificativa de suas reivindicações no campo político. A noção de gênero enquanto performativa, desenvolvida pela filósofa Judith Butler (2010: 200), denuncia a fragilidade da concepção de identidades estáveis, defendendo, ao contrário, que o gênero “é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*.” Tais atos são internamente descontínuos, carregando consigo, segundo Butler, uma aparência de substância.

O estranhamento percebido na fala dos missivistas com relação ao novo tipo de difusão da informação proporcionado pela televisão evidencia um pouco o quanto a adequação a nova mídia não foi imediata. A suspeita em torno da “má influência” dos

---

<sup>12</sup> Carta ao diretor do órgão de censura, de 26 de setembro de 1978, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

conteúdos e programas exibidos, bem como sua “invasão” aos lares brasileiros, através dos aparelhos receptores é constantemente evocada, como em uma correspondência datada de agosto de 1971, enviada da capital carioca e endereçada ao então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, na qual se chama atenção ao “frontal desrespeito de certos programas de televisão que continua invadindo acintosamente os nossos lares, sem nenhum impedimento por parte da censura.”<sup>13</sup> Foco de preocupações recorrentes, jovens e crianças aparecem como elementos motivadores da escrita de tais cartas, nas quais a televisão é apontada como problemática para a formação do “futuro da nação” e na “manutenção da ordem”.

Vale destacar que esse conjunto de cartas de modo algum é representativo do total da sociedade civil da época, pelo contrário. Devemos levar em consideração que muitos missivistas eram os próprios autores de seus reclames, em um país com uma larga taxa de analfabetismo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na década de 1970, cerca de 33,6% da população brasileira, com a faixa etária acima de 15 anos, era analfabeta.<sup>14</sup> Sem falar que no início desta mesma década, mesmo após a inauguração das transmissões em rede nacional, o acesso a televisão ainda era difícil, se concentrando basicamente entre os habitantes das grandes cidades brasileiras. Os autores e autoras dessas cartas devem ser encarados como uma parcela da sociedade disposta a se colocar ao lado do regime, demonstrando seu apoio e exigindo o recrudescimento na atuação da censura, de modo mais específico, ou dando sugestões sobre o modo de proceder em determinados casos. Como na correspondência de uma senhora, sem data ou local, na qual aponta que “deveriam fazer um estudo sobre a série de novelas que, pelo que parece, ficam a cargo de gente da pior espécie”, afirmando ainda que “pelo visto ainda não se encontrou uma pessoa respeitável e decente para conduzir o ‘script’”.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Carta ao Ministro da Justiça, enviada em 05 de agosto de 1971. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

<sup>14</sup> Informações consultadas pelo link, acessado no dia 11/03/2015, às 11 horas: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>

<sup>15</sup> Carta endereçada ao diretor do órgão de censura, não datada pelo remetente, porém com a data de registro pela instituição com o dia 16 de agosto de 1971. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

Nessa perspectiva, pais e mães de família, como costumam se apresentar, incomodados com os rumos dados aos conteúdos abordados pela TV, sentem-se compilados a escrever para as autoridades competentes no sentido de colaborar de algum modo em defesa dos “bons costumes”, argumento corriqueiro entre os missivistas. Manifestações individuais que nos revelam fragmentos de cotidianos familiares, relacionados a um novo tipo de lazer que se consolidava nos lares brasileiros: assistir televisão. Programação para a família toda, novelas, filmes, telejornais e programas de auditório tornam-se presentes no convívio da casa, objetos de debate e admiração ou repúdio. O ato de ver TV em casa e a própria localização do aparelho, quase sempre na sala de estar, reforça esse caráter familiar do assistir, apontado claramente na correspondência de uma senhora, do Rio de Janeiro, identificada como mãe e “ex-aluna da Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro”, que endereça seu reclame ao então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em novembro de 1972, alegando o seguinte:

*Meu filho de sete anos, logo após realizados os deveres escolares, pouco antes de vinte horas, exigi-me o entretenimento da televisão. E o que devo fazer? Ensina-se aos pais a não criarem situações conflitantes, na presença das crianças, e como então posso oferecer-lhe a televisão, neste horário, exatamente na hora em que todos os canais começam as novelas? Novelas através das quais, está se processando um hediondo e monstruoso crime no Brasil, visto que está se roubando, conspurcado e profanando a infância da criança, fazendo-a participar todos os dias, de situações conflitantes de adultos, destinadas ao entretenimento de adultos, e que portanto devem ser colocadas em horários adequados. Que não seja tirada ao pequenino, de maneira tão agressiva, a sua infância. No embate, em todas as épocas, entre o adolescente e o adulto, na aceitação, repúdio ou imposição de valores, a infância jamais foi atingida. Não se deve permitir, macular agora, através da televisão, a pureza, a beleza e a delicadeza de um coração infantil. Não permitam as autoridades aqui ou alhures, que se cometa esta iniquidade, usando a televisão, como veículo para impingir adultérios, crimes e conflitos, (de adultos destinados à adultos), como aulas bem dadas, todos os dias, através de novelas medíocres, em pequeninas mentes em formação, totalmente suscetíveis*

*O horário de vinte às vinte e duas horas na televisão, é a hora da família, e deve ser compreendido como tal, considerando-se que não se pode fugir à realidade de que, neste horário, em todo território brasileiro, pais e filhos se reúnem em torno do aparelho.”<sup>16</sup>*

O argumento da missivista se debruça reiteradamente sobre a questão da infância, lançando luz sobre o debate dos usos da TV, a partir de uma demanda que interpela as autoridades acerca da necessidade do papel da mídia como formadora, auxiliando na educação de jovens e crianças. Nesse caso particular, não só as telenovelas, mas também a própria

---

<sup>16</sup> Carta ao Ministro da Educação, de 8 de novembro de 1972. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

televisão é alvo de críticas, justamente por seguir na contramão dessa perspectiva. Tal funcionalidade, para a missivista, está diretamente ligada aos horários e conteúdos exibidos. A defesa da apropriação familiar da mídia aparece também como justificativa para que se dê uma maior atenção ao assunto.

Conforme assinala Barbero (1997: 303), precisamos estar atentos a “gama de usos que não tem a ver unicamente com a quantidade de tempo dedicado, mas com o tipo de tempo, com o significado social deste tempo”. Nesse sentido, vale atentar para o modo como o horário das 20 horas é eleito pela autora da correspondência como “a hora da família”, atribuindo a ele um valor, um momento único, em frente à TV, no dia-a-dia do lar. Cotidiano que começa a se consolidar entre as famílias de classe média, no qual a televisão assume papel importante como forma de lazer dos seus membros, telespectadores assíduos de uma programação que ainda se estruturava nas diferentes emissoras.

Tomadas por um discurso pautado na “moral cristã”, diversas correspondências exigem providências urgentes, demonstrando demasiada preocupação com as mídias de um modo geral. Além disso, o apreço pelo regime e seus governantes é claramente evidenciado, entre elogios e congratulações. O missivista do interior do Paraná, da cidade de Palmas, escreve, em carta datada de maio de 1972 endereçada ao então presidente Emilio Garrastazu Médici, com um “desejo incontido de agradecer”, em nome de sua família e “por todos os meus irmãos brasileiros, a oportuna e bendita revolução de 64,” declarando que

*Cinemas, revistas e televisão, parecem estar a serviço do maligno, procurando com suas apresentações eivadas de pornografia e erotismo, abalar na mais profunda de sua estrutura, o alicerce da família, oferecendo ao jovem de hoje, um cenceito [sic] de moral jamais imaginado no Brasil Cristão de nossos genitores. [...]*

*Dirigindo-me a V.Ex.<sup>a</sup>, faço-me portador dos rogos de milhares de pais patricios que, amargurados, observam o distilar [sic] diuturno do veneno insidioso a corromper as almas e os corações de seus filhos, daqueles mesmos filhos em quem depositaram todas as esperanças de vê-los um dia felizes, numa pátria igualmente feliz e moralmente engrandecida.<sup>17</sup>*

Identificado apenas como “brasileiro cinquentenário” o autor desta missiva se dirige ao presidente em defesa da família, alertando, sobretudo, para o problema da pornografia.

---

<sup>17</sup> Carta enviada ao presidente Emílio Garrastazu Médici, de 16 de maio de 1972. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

Kushnir (2004: 114), analisando brevemente o envio de cartas de civis às autoridades governamentais ao longo do regime, destaca que persistia “uma parcela da sociedade ainda desejosa de tutela, como também um governo interventor na seara pública e privada.” Assim, setores mais conservadores solicitavam que o “Estado ainda lhe dissesse o que ver”, os protegesse e “tirasse de seu mundo algo que lhe ficou como pornografia.” O próprio Estado, na figura do órgão de censura, assume esse caráter de tutela ao responder a grande maioria dessas cartas, agradecendo a colaboração e justificando possíveis falhas no processo de interdição às programações que atentassem contra os “bons costumes”.

Analisando o conjunto de cartas encaminhadas à Divisão de Censura e Diversões Públicas, a partir do argumento dos missivistas, fundamentados em uma ética moral, sobretudo, religiosa, percebemos um reforço reiterativo no processo de significação de noções como feminino e masculino, na medida em que a possível descontinuidade em suas definições compreenderia a desestabilização dos princípios que sustentam a própria sociedade. Em outras palavras, a defesa da ordem e estabilidade do regime, através da crítica dirigida à televisão, é atravessada por concepções normalizadoras ou heteronormativas que regulam os limites entre os gêneros, baseadas na diferença sexual, ou seja, em fatores meramente biológicos. Segundo afirma a filósofa americana Judith Butler (2010: 199), “os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero.” Assim, a ênfase no binarismo, potencializando a cristalização de identidades masculinas e femininas, produz um efeito de verdade que naturaliza comportamentos, gestos e condutas, atribuindo-lhes uma espécie de coesão aparente.

No entanto, estas frágeis classificações de gênero, que conferem atribuições específicas aos sujeitos masculinos e femininos, constituindo identidades, são, conforme alerta Preciado (2008), ficções *somaticopolíticas* produzidas “por um conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, por um conjunto de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam nossas potencialidades somáticas.”<sup>18</sup> Desse modo, a aparência de naturalidade da noção binária é na verdade fruto da reiteração técnica e discursiva sedimentada historicamente a serviço de uma lógica heteronormativa disseminada no campo

---

<sup>18</sup> Tradução minha do original em espanhol. Ver: PRECIADO, Beatriz. **Texto Yoqui**. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008. p. 89.

da cultura. Concordamos com Scott (1991) quando afirma que as relações de gênero são um primeiro modo de dar sentido às relações de poder. Nesse sentido, a forma como o Estado se relaciona com o desvio da norma, bem como a própria sociedade civil, nos revela a relevância dada à manutenção de uma estrutura binária estável, asseguradora da vitalidade nacional.

O jogo entre espectador e televisão, do nosso ponto de vista, merece ser entendido a partir de uma ótica na qual aquele que assiste as programações televisivas exerce um posicionamento ativo diante do que vê. Conforme defende Rancière (2010: 22), “o espectador também age”, ele “observa, selecciona, compara, interpreta.” A problematização deste conjunto de cartas funciona aqui como um canal, uma passagem significativa, que nos possibilita perceber de que modo o processo de interpretação da audiência se efetiva, tendo em vista suas especificidades históricas. Aproximando-nos dessa perspectiva, consideramos, juntamente com Orozco (1991), que a “apropriação das mensagens por parte dos receptores não é um resultado automático de sua exposição a elas, mas o produto resultante de negociações com a TV.”<sup>19</sup> As relações que se dão a partir daí, necessariamente, não são alienantes, mas, ao contrário, produtoras de sentido e crítica.

Desse modo, as cartas encaminhadas à censura, sejam de caráter individual ou coletivo, são frutos significativos de um período de desenvolvimento da indústria cultural no país, do estabelecimento da televisão como veículo de comunicação de massa, do surgimento das narrativas televisivas, em especial as telenovelas, como produtos comercialmente chave nas grades de programação das emissoras. Por isso, só podem ser historicamente apreendidas se levarmos em consideração tais configurações conjunturais, sem as quais a escrita dessas correspondências não faria sentido ou, sequer, se tornaria possível.

## **BIBLIOGRAFIA**

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

---

<sup>19</sup> Traduzido por mim, do original em espanhol. Ver: OROZCO, Guillermo. Recepcion televisiva: tres aproximaciones y una razón para su estudio. In: **Cuadernos de Comunicacion y Practicas Sociales**, marzo de 1991. p. 23.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: Cartas ao Regime Militar. In: **Topoi – Revista de História**, Rio de Janeiro: UFRJ. n. 5, set. 2002.

FILGUEIRAS, Juliana. **A Educação Moral é Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

HAMBURGUER, Esther. **O Brasil antenado: a sociedade da novela**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_ ; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

OROZCO, Guillermo. Recepcion televisiva: tres aproximaciones y una razón para su estudio. In: **Cuadernos de Comunicacion y Practicas Sociales**, marzo de 1991.

PEREIRA FILHO, José Eduardo. A EMBRATEL: da era da intervenção ao tempo da competição. In: **Revista de Sociologia e Política**. nº 18, Curitiba, junho de 2012.

PIQUEIRA, Mauricio Tintori. **Entre o entretenimento e a crítica social: a telenovela moderna da Rede Globo de Televisão e a formação de uma nova identidade nacional (1965-1975)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

PRECIADO, Beatriz. **Texto Yoqui**. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. In: GOULART, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (orgs). **História da televisão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo).

SISTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. Dissertação (mestrado em história) – Universidade de São Paulo, 2008.